

SETEMBRO 2024 · EDIÇÃO 28

- p. 4 MPC Cast 3ª temporada
- p. 5 MPC-MG lança nova logo e identidade visual
- p. 6 Presidente do IBDA reúne-se com Procuradoras do MPC-MG
- p. 7 Procurador-Geral do MPC-MG prestigia cerimônia de assinatura do Termo de Autocomposição entre a Seinfra e o Sintram
- p. 10 MPC-MG participa de minicurso de capacitação da plataforma OJS
- p. 11 Balanço Geral do Estado referente ao exercício de 2022 é apreciado em 4ª Sessão Extraordinária de 2024
- p. 13 MPC-MG prestigia entrega de comenda do TCE-MG de 2024
- p. 17 MPC-MG realiza visita institucional à AMMP
- p. 17 Procuradores do MPC-MG publicam artigos em livro denominado "Integridade e Contratações Públicas"
- p. 18 MPC-MG promove palestra do Projeto "Conhecendo o MPC"
- p. 20 MPC-MG prestigia cerimônia de entrega da Medalha Francisco Lins, do MPMG
- p. 21 Procurador do MPC-MG recebe visita de organizadoras de livro intitulado "Integridade e Contratações Públicas"
- p. 22 Procuradora do MPC-MG recebe título de cidadania honorária do Município de Itabira
- p. 23 Procuradora do MPC-MG realiza visita institucional ao TCE-RN e ao MPC-RN
- p. 24 Procurador-Geral do MPC-MG realiza visita institucional ao MPC-SP
- p. 25 MPC-MG marca presença em Seminário Setembro Verde, promovido pela DPMG
- p. 27 Procurador-Geral do MPC-MG participa de 1º Congresso Brasileiro de Direito Administrativo Sancionador
- p. 28 MPC-MG prestigia lançamento do livro "Direito de Energia"
- p. 29 MPC-MG prestigia solenidade de posse do novo Comando da Polícia Militar de Minas Gerais
- p. 30 Procuradora do MPC-MG participa de seminário promovido pelo IBDA
- p. 32 Ampcon Celebra 39 Anos de História e Conquistas!
- p. 33 TCE-MG celebra aniversário de 89 anos!

E AINDA...

- p. 34 MPC-MG em Números
- p. 35 Lex Data
- p. 36 Coluna Iurisprudência

MPC-MG prestigia Solenidade de abertura da "Semana do Ministério Público 2024"

por Simone Pereira



O dispositivo de honra. À esquerda, a Defensora Pública-Geral, Raquel Gomes da Costa Dias, e o Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco. 9 set. 2024. Foto: MPMG.

No dia 9 de setembro, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, representado pelo Procurador-Geral, Marcílio Barenco, e pelo Subprocurador-Geral, Daniel Guimarães, prestigiou a Solenidade oficial de abertura da "Semana do Ministério Público 2024", cujo tema é "O MPMG rumo aos 40 anos da Constituição Federal". O evento celebra o Dia do Ministério Público de Minas Gerais, comemorado em 11 de setembro, marcando a publicação da primeira Lei Orgânica do MPMG em 1994.

Além do Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco, compuseram o dispositivo de honra o Procurador-Geral de Justiça e presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE), Jarbas Soares Júnior;

MPC-MG prestigia Solenidade de abertura da "Semana do Ministério Público 2024"

(continuação)

o Vice-Governador de Minas Gerais, Professor Mateus; o Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Tadeu Leite; a Desembargadora do Tribunal de Justiça de Minas Gerais Shirley Fenzi Bertão; a Desembargadora do Tribunal Regional Federal da 6ª Região Mônica Sifuentes; o Corregedor-Geral do MPMG, Marco Antônio Lopes de Almeida; a Ouvidora do MPMG, Nádia Estela Ferreira Mateus; o Senador Castellar Neto; a Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Denise Alves Horta; a Cônsul-Geral da Itália em Belo Horizonte, Nicoletta Gomiero; a Defensora Pública-Geral, Raquel Gomes da Costa Dias; a Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, Sandra Goulart Almeida; o Prefeito de Diamantina, Juscelino Brasiliano Roque; e a Presidente da Associação Mineira do Ministério Público, Larissa Rodrigues Amaral.



O Subprocurador-Geral do MPC-MG, Daniel Guimarães (ao centro), e participantes no evento. 9 set. 2024. Foto: MPMG.

Após a abertura do evento, realizado na sede do MPMG, houve o hasteamento das bandeiras do Brasil, de Minas Gerais e da Itália, acompanhado da execução do hino nacional da Itália e do Brasil pelos artistas Sérgio della Guardia, Renata Cicarini, Alberto Sampaio e Rodrigo Oliveira.



O Procurador-Geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior, em seu discurso. 9 set. 2024. Foto: MPMG.

Em seu discurso, o Procurador-Geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior, destacou que este é um momento para comemorar a defesa dos direitos sociais promovida pelo MPMG, ressaltando a recente inauguração da Casa Lilian, que oferecerá abrigo às vítimas de violência. Nesse sentido, ele enfatizou que não basta apenas combater o crime; é fundamental que as instituições enfrentem também as suas consequências. Além disso, Jarbas Soares Júnior reverenciou pessoas e instituições, mencionando a comemoração dos 150 anos da imigração italiana no Brasil e destacando a inspiração dos juristas italianos para os operadores do direito no país. Ele finalizou sua fala citando "A Divina Comédia", de Dante Alighieri: *"A vontade, se não quer, não cede, é como a chama ardente, que se eleva com mais força quanto mais se tenta abafá-la."* E concluiu com uma reflexão sobre a democracia: *"Que a nação brasileira contemple a Constituição que completará quatro décadas como alicerce da democracia, e que ela seja a chama eterna que guie nossas vontades. Na Itália ou no Brasil, viva sempre a democracia!"*

Posteriormente, houve uma homenagem ao Poder Executivo estadual pela relação republicana e pela parceria em prol do bem comum e dos princípios democráticos. Em seguida, a palavra

MPC-MG prestigia Solenidade de abertura da "Semana do Ministério Público 2024"

(continuação)

foi passada para o Vice-Governador, Professor Mateus, orador oficial da cerimônia, que destacou o papel fundamental do Ministério Público na democracia, bem como a evolução da instituição ao longo dos anos. Ele mencionou a transformação do MP, que antes era mais focado no litígio e investigação penal, para uma atuação mais ampla, comprometida com a pacificação social. O Vice-Governador também ressaltou a importância da cooperação entre o governo e o MP para a resolução de problemas, citando exemplos como o acordo de Brumadinho e a recuperação de ativos por meio do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA). Ele celebrou a capacidade do MP de atuar de forma preventiva e elogiou a transparência e o diálogo entre as instituições. Ao final, agradeceu a homenagem prestada ao Governo de Minas Gerais e expressou seu orgulho pela atuação do MP mineiro, desejando que continue um exemplo para outros Ministérios Públicos.

Além disso, foram realizadas homenagens à Itália e à comunidade ítalo-mineira em comemoração aos 150 anos da imigração italiana no Brasil, reforçando os laços históricos e de cooperação entre os dois países. A Cônsul-Geral



A Cônsul-Geral da Itália em Belo Horizonte, Nicoletta Gomiero, em seu discurso. 9 set. 2024. Foto: MPMG.

da Itália em Belo Horizonte, Nicoletta Gomiero, expressou sua honra e emoção por ter participado do evento e destacou o compromisso do Ministério Público com a justiça e o desenvolvimento do setor público. Gomiero também ressaltou a conexão histórica entre Itália e Brasil, especialmente com Minas Gerais, que acolheu muitos imigrantes italianos. Ela elogiou a parceria baseada em valores comuns como dignidade humana, democracia e cooperação, mencionando a continuidade desses laços por meio de intercâmbios culturais, sociais e econômicos. Por fim, a Cônsul-Geral agradeceu pela homenagem e pelo espaço dedicado à cultura italiana e expressou gratidão pela organização do evento, desejando sucesso para as atividades.

A palavra do MPC-MG

O Procurador-Geral do *Parquet* de Contas, Marcílio Barenco, considerou a "Semana do Ministério Público" um momento de reflexão e celebração dos avanços institucionais e da proteção dos direitos fundamentais. Ele ressaltou o papel crucial do Ministério Público na promoção da justiça e na defesa da ordem pública e elogiou a parceria entre o MPC-MG e o MPMG,



O Vice-Governador do Estado de Minas Gerais, Professor Mateus, durante sua fala. 9 set. 2024. Foto: MPMG.

MPC-MG prestigia Solenidade de abertura da "Semana do Ministério Público 2024"

(continuação)

fortalecendo o controle das contas públicas e garantindo a transparência na Administração.

Por fim, o Subprocurador-Geral, Daniel Guimarães, também apontou a relevância da "Semana do Ministério Público":

“A abertura da Semana do MP presenteou a audiência com os discursos do anfitrião PGJ Jarbas Soares e do Vice-Governador Professor Matheus e com uma atmosfera visual e musical italo-brasileira, em comemoração dos 150 anos da imigração italiana no Brasil. Além da apresentação inesquecível da Vesperata de Diamantina pela primeira vez em Belo Horizonte no Palácio da Liberdade, aberto ao público.

A 'Semana do MP' tradicionalmente é um complexo de atividades envolvendo o público interno do MPMG e de outros ramos do MP brasileiro, em comemoração ao aniversário da instituição mineira. No entanto, sob a gestão do Procurador-Geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior, e sua equipe, o evento se transformou em um conjunto de atividades das mais variadas naturezas, desde palestras jurídicas, passando por exposições culturais e históricas, que unirão MP, entidades públicas e privadas e sociedade em torno da discussão de temas de interesse público. ■

MPC Cast 3ª temporada

por Simone Pereira



CONFIRA O NOVO EPISÓDIO EM NOSSO SPOTIFY
OU EM NOSSO CANAL DO YOUTUBE!



Neste episódio do **MPC Cast**, agora também em formato videocast, a Procuradora Ouvidora do Ministério Público de Contas de Minas Gerais, Elke Andrade Soares de Moura, foi a convidada especial para discutir o papel do controle externo na promoção dos direitos humanos.

Elke Moura trouxe reflexões sobre o seu artigo publicado na quinta edição da "Controle em Foco: Revista do MPC-MG", intitulado "Direitos Humanos: Questões reflexivas nas deliberações das Cortes de Contas." No episódio, ela explicou como as deliberações dos Tribunais de Contas podem não só garantir a legalidade e a economicidade dos recursos públicos, mas também promover a dignidade humana e os direitos fundamentais.

A Procuradora Ouvidora também abordou o papel dos Ministérios Públicos de Contas na supervisão das políticas públicas. Além disso, ela destacou como as boas práticas de gestão pública, supervisionadas pelos Tribunais de Contas, podem transformar a realidade social e promover os direitos humanos de maneira mais eficiente. ■

MPC-MG lança nova logo e identidade visual

por Simone Pereira



A nova logo do MPC-MG.

No dia 12, o Ministério Público de Contas de Estado de Minas Gerais lançou a nova logo, acompanhada de uma nova identidade visual, como marco da comunicação institucional do Órgão. A reformulação, aprovada em agosto pelo Colégio de Procuradores, tem como objetivo modernizar a imagem do *Parquet* de Contas mineiro.

O novo conjunto gráfico traz um *design* mais arrojado, seguindo tendências contemporâneas e mantendo elementos que remetem à tradição e seriedade do MPC-MG. O logotipo passa a adotar uma tipografia mais limpa e cores que ressaltam a clareza e a confiança que a instituição deseja transmitir. A reformulação busca, além de modernizar, garantir maior reconhecimento da marca e aproximar o Órgão Ministerial da sociedade civil.

De Relatoria do Procurador-Geral, Marcílio Barenco, a Proposta de Nova Identidade Visual do MPC-MG foi deliberada e aprovada por maioria na 2ª Sessão Plenária Virtual do Colégio de Procuradores, realizada entre os dias 5 e 9 de agosto de 2024.

A nova marca já está sendo aplicada em todos os materiais de comunicação, desde documentos oficiais até campanhas institucionais.

O processo

Partindo de uma Pesquisa Conceitual distribuída para os gabinetes, foi feito um levantamento de opiniões e percepções a respeito do MPC-MG, em que foi apontado, especialmente, o desejo de maior proximidade do *Parquet* Especial com a sociedade.

Segundo o designer gráfico Guilherme Fernandes, servidor responsável pela reformulação,

“a pesquisa levou em conta identidades visuais de outros órgãos mineiros e de outros MPCs do Brasil. O desenho da logo teve inspiração na bandeira do Estado de Minas Gerais e nas obras do artista mineiro Amilcar de Castro. O ícone é oriundo da ideia de uma superfície plana que se ergue em um processo de edificação, ao mesmo tempo projetando uma sombra que cobre e protege: almeja o futuro, tem sua história como base e ainda promove segurança. ■

Presidente do IBDA reúne-se com Procuradoras do MPC-MG

por Gabinete Procuradora Cristina Andrade Melo



Sara Meinberg, Cristina Andrade Melo, Cristiana Fortini, Elke Moura, Virgínia Kirchmeyer e Maria Cecília Borges.
29 ago. 2024. Foto: Acervo pessoal.

Em 29 de agosto, as Procuradoras do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais Cristina Andrade Melo, Maria Cecília Borges, Sara Meinberg (Procuradora Corregedora) e Elke Moura (Procuradora Ouvidora) participaram de uma reunião estratégica com a Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA), Cristiana Fortini. O encontro também contou com a presença da Superintendente de Governança Corporativa da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), Virgínia Kirchmeyer.

Na ocasião, Cristiana Fortini apresentou o projeto “Na Visão Delas”, uma iniciativa do IBDA que busca promover a participação feminina em debates de grande relevância para a Administração Pública. A proposta inclui uma parceria com as Procuradoras para o ano de 2025.

Criado em 2019, o projeto reúne mulheres com destaque em diversas áreas de atuação para compartilharem suas perspectivas, experiências e conhecimentos sobre Direito Administrativo e gestão pública. De lá para cá, já foram realizados quatro encontros com os seguintes temas: marco legal das agências reguladoras (Rio de Janeiro, 2019), reformas administrativas (on-line, 2020), novas perspectivas para a Administração Pública (Porto Velho, 2023), infraestrutura e cidades (Porto Alegre, 2024).

A iniciativa também gerou a publicação de dois livros: *Administração pública 4.0: na visão delas* e *Marco legal das agências reguladoras na visão delas*. Mais informações sobre as obras estão disponíveis para consulta no site do IBDA. ■

Procurador-Geral do MPC-MG prestigia cerimônia de assinatura do Termo de Autocomposição entre a Seinfra e o Sintram

por Simone Pereira



O Advogado-Geral do Estado, Sérgio Pessoa; o Presidente do Sintram, Rubens Lessa Carvalho; o 3º Vice-Presidente do TJMG, Desembargador Rogério Medeiros; o Governador do Estado, Romeu Zema; o Presidente do TCE-MG, Gilberto Pinto Monteiro Diniz; o Conselheiro do TCE-MG Agostinho Patrus; o Vice-Governador, Professor Mateus Simões; o Procurador-Geral Adjunto do MPMG, Carlos André Mariani Bittencourt; o Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco; e o Secretário da Seinfra, Pedro Bruno Barros de Souza. 2 set. 2024. Foto: MPC-MG.

No dia 2 de setembro, o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Marcílio Barenco, prestigiu a cerimônia de assinatura do Termo de Autocomposição entre a Secretaria de Estado da Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra) e o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros Metropolitanos (Sintram). O Termo é resultado da Mesa de Conciliação realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), sob relatoria do Conselheiro Agostinho Patrus.

A cerimônia ocorreu na Sala Ágora do TCE-MG e contou com a presença de diversas autoridades, entre as quais: o Presidente do TCE-MG, Gilberto Pinto Monteiro Diniz; o Conselheiro Vice-Presidente, Durval Ângelo; o Conselheiro Ouvidor, Cláudio Terrão; os Conselheiros



O Governador do Estado, Romeu Zema; o Presidente do TCE-MG, Gilberto Diniz; e o Conselheiro do TCE-MG Agostinho Patrus. 2 set. 2024. Foto: MPC-MG.

Mauri Torres e Agostinho Patrus; o Conselheiro em exercício Telmo Passareli; os Conselheiros Substitutos Adonias Monteiro e Hamilton Coelho; o Governador do Estado, Romeu Zema;

**Procurador-Geral do MPC-MG prestigia cerimônia de assinatura
do Termo de Autocomposição entre a Seinfra e o Sintram**
(continuação)

o Vice-Governador, Professor Mateus Simões; o Procurador-Geral Adjunto do MPMG, Carlos André Mariani Bittencourt; o 3º Vice-Presidente do TJMG, Desembargador Rogério Medeiros; o Advogado-Geral do Estado, Sérgio Pessoa; o Auditor-Geral da CGE, Igor Martins Costa; o Secretário da Seinfra, Pedro Bruno Barros de Souza; e o Presidente do Sintram, Rubens Lessa Carvalho.

Em seu discurso, o Conselheiro Agostinho Patrus agradeceu as parcerias e aos Órgãos envolvidos, enfatizando a colaboração mútua para a concretização do projeto. Um dos agradecimentos foi voltado ao Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco, destacando suas sugestões que contribuíram para o aprimoramento do Termo de Autocomposição:

“ Para chegarmos a este ponto da negociação, também foi importante a participação do Ministério Público de Contas, na pessoa do Procurador-Geral, Dr. Marcílio Barenco, que contribuiu com a instrução do processo, verificou todo o acordo, deu sugestões e apontou problemas, que foram corrigidos para a votação final pelo Tribunal Pleno.

”



O Conselheiro do TCE-MG Agostinho Patrus. 2 set. 2024.
Foto: MPC-MG.

Patrus sublinhou que o sucesso desse Acordo é resultado do esforço conjunto e do compromisso dos diversos atores envolvidos, reforçando a pertinência de iniciativas que visam ao bem-estar social e à melhoria dos serviços públicos oferecidos à população.

O Governador do Estado também ressaltou a importância da assinatura:

“ Esse Acordo teve a colaboração do Governo do Estado, do Ministério Público de Minas Gerais, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, do Ministério Público de Contas e do Tribunal de Justiça. [...] Nós não estamos aqui discutindo quem vai receber mais ou menos ou qual o valor do acordo. Passamos a discutir o quanto nós vamos melhorar o serviço público. Então, fica mais fácil fechar um acordo quando a finalidade é essa.

”



O Governador do Estado, Romeu Zema, durante sua fala.
2 set. 2024. Foto: MPC-MG.

Procurador-Geral do MPC-MG prestigia cerimônia de assinatura do Termo de Autocomposição entre a Seinfra e o Sintram
(continuação)

Segundo o Procurador-Geral do MPC-MG,

“ A assinatura deste Termo de Autocomposição marca um passo significativo em direção à modernização e eficiência dos serviços públicos, especialmente no setor de transporte de passageiros. O processo de autocomposição permite que os conflitos sejam resolvidos de maneira mais célere e colaborativa, garantindo que os interesses da sociedade sejam protegidos sem a necessidade de longas disputas judiciais. Esta cerimônia é um exemplo de como o diálogo entre os Órgãos públicos e as entidades privadas pode gerar resultados positivos para a população. Parabéns a todos os envolvidos por esta conquista. ■ ”



O Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco.
2 set. 2024. Foto: MPC-MG.

GALERIA DE FOTOS



LEGENDAS

1: O Advogado-Geral do Estado, Sérgio Pessoa, assina o Termo. | 2: O Presidente do Sintram, Rubens Lessa Carvalho, assina o Termo | 3: O Auditor-Geral da CGE, Igor Martins Costa, assina o Termo. | 4: O Secretário da Seinfra, Pedro Bruno Barros de Souza. | 5: O dispositivo do evento. | 2 set. 2024. Fotos: MPC-MG.

MPC-MG participa de minicurso de capacitação da plataforma OJS

por Simone Pereira



Os participantes do minicurso. 2 set 2024. Foto: TCE-MG.

Nos dias 2 e 3 foi ministrado o minicurso “Gestão de Periódicos, Boas Práticas Editoriais e Uso da Plataforma OJS 3”, voltado às equipes das revistas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) e do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais. O objetivo do curso foi capacitar os participantes para o uso da plataforma *Open Journal System* (OJS), além de aperfeiçoar as práticas editoriais e a gestão de revistas científicas.

Ministrado pela professora Millena Souza Farias, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o curso ocorreu no Laboratório de Informática do Suricato, nas dependências do TCE-MG. Durante dois dias de treinamento intensivo, foram abordadas as funcionalidades da versão 3 da plataforma OJS, com destaque para as exigências estabelecidas pela Capes e pelo CNPq.



A professora Millena Souza Farias ministrando o minicurso. 2 set. 2024. Foto: TCE-MG.

Representando o MPC-MG, participaram do minicurso a Procuradora Cristina Andrade Melo, Editora-Chefe da “*Controle em Foco: Revista do MPC-MG*”; sua Assessora e integrante

MPC-MG participa de minicurso de capacitação da plataforma OJS (continuação)

da Comissão Editorial, Ana Carolina de Souza e Silva; as servidoras Nara Mattar e Izabella Velloso, também membros da Comissão Editorial; a revisora do periódico, Lílian Oliveira; e o responsável pela manutenção da revista na plataforma, Juan Karlos Freitas. Também estiveram presentes a Editora-Chefe da revista do TCE-MG, Luciana Raso, além de servidores da Corte de Contas mineira.

O curso proporcionou uma atualização completa sobre as novas funcionalidades do OJS 3, promovendo o aprimoramento das rotinas editoriais e assegurando que as publicações atendam aos padrões de qualidade exigidos pelos órgãos de fomento à pesquisa no Brasil. ■



As Editoras-Chefe Luciana Raso, da Revista do TCE-MG (à esquerda), e Cristina Andrade Melo, da “Controle em Foco: Revista do MPC-MG” (à direita), ladeando a professora Millena Souza Farias. 2 set. 2024. Foto: TCE-MG.

Balanço Geral do Estado referente ao exercício de 2022 é apreciado em 4ª Sessão Extraordinária de 2024

por Simone Pereira

No dia 4, aconteceu, no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a 4ª Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno deste ano, para apreciação do Balanço Geral do Estado de Minas Gerais correspondente ao exercício de 2022.

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, na ocasião, foi representado pelo Procurador-Geral, Marcílio Barenco. Entre as autoridades da Corte de Contas mineira, além do Presidente do TCE-MG e da Sessão, Gilberto Diniz, estiveram presentes os Conselheiros Wanderley Ávila, Cláudio Terrão, Mauri Torres, Durval Ângelo, Agostinho Patrus e o Conselheiro em exercício Telmo Passareli. A Sessão também contou com a presença de servidores do TCE-MG, do público externo, além do Advogado-Geral do Estado, Sérgio Pessoa.



A 4ª Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno. 4 set. 2024. Foto: MPC-MG.

Trata-se do Processo 1.144.601, referente ao Balanço Geral do Estado correspondente ao exercício financeiro de **2022**, sob relatoria do Conselheiro Wanderley Ávila e revisão do então Conselheiro José Alves Viana.

Balanço Geral do Estado referente ao exercício de 2022 é apreciado em 4ª Sessão Extraordinária de 2024 (continuação)

Após análise de toda a documentação e do estudo realizado pela Coordenadoria de Fiscalização e Avaliação da Macrogestão do Estado (CFAMGE), o *Parquet* de Contas mineiro emitiu parecer favorável com ressalvas sobre as contas do Governador, acompanhado de recomendações e determinações relevantes para o aprimoramento da gestão pública.



Os Conselheiros do TCE-MG. 4 set. 2024.
Foto: MPC-MG.

Entenda

Na 2ª Sessão Extraordinária de 2024, realizada em 13 de março, o Relator, Conselheiro Wanderley Ávila, proferiu voto pela aprovação das contas, sendo acompanhado pelo então Revisor, Conselheiro José Alves Viana. O Conselheiro Cláudio Terrão apresentou seu voto em sessão naquela oportunidade, propondo a rejeição das Contas. No entanto, o Conselheiro Mauri Torres pediu vista do processo.

Na sessão de 4 de setembro, após a abertura conduzida pelo Presidente Gilberto Diniz, o Conselheiro Mauri Torres leu seu voto-vista, acompanhando o Relator em suas recomendações e determinações, pela aprovação do Balanço Geral.



O Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco.
4 set. 2024. Foto: MPC-MG.

O Conselheiro Claudio Terrão alterou seu voto inicial pela rejeição, aderindo ao voto-vista do Conselheiro Mauri Torres pela aprovação das contas, mantidas determinações e recomendações.

Já o Conselheiro Durval Ângelo, votou pela aprovação com ressalvas, acolhendo as determinações e recomendações tanto do Relator quanto do voto-vista do Conselheiro Cláudio Terrão.

Encerrando a votação, o Conselheiro Agostinho Patrus também votou pela aprovação, com base no voto do Relator e nas justificativas adicionais trazidas pelo Conselheiro Mauri Torres.

Assim, o Tribunal Pleno emitiu parecer prévio pela aprovação das contas prestadas pelo Excelentíssimo Governador do Estado, Sr. Romeu Zema, referentes ao exercício de 2022, acompanhado de determinações e recomendações do voto do Relator. O Conselheiro Cláudio Terrão, no entanto, foi vencido parcialmente em relação às suas recomendações e determinações, assim como o Conselheiro Durval Ângelo, em relação à ressalva por ele proposta. ■

MPC-MG prestigia entrega de comenda do TCE-MG de 2024

por Simone Pereira



O dispositivo de honra do evento. 4 set. 2024. Foto: MPC-MG.

No dia 4, o Ministério Público de Contas de Estado de Minas Gerais prestigiou a cerimônia de entrega do Colar do Mérito da Corte de Contas Ministro José Maria Alkmim, que ocorreu na sede do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Representando o Órgão Ministerial, estiveram presentes o Procurador-Geral, Marcílio Barenco; a Procuradora Ouvidora, Elke Moura; a Procuradora Corregedora, Sara Meinberg; e as Procuradoras Cristina Andrade Melo e Maria Cecília Borges.

Compuseram a mesa de honra o Presidente do TCE-MG, o Conselheiro Gilberto Diniz, o Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco; a Procuradora do Estado de Minas Gerais, Renata Couto Silva de Faria; o Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Tadeu Leite; o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Desembar-



Da esquerda para a direita: Paulo de Tarso Morais Filho, Marcílio Barenco e Denise Alves Horta. 4 set. 2024.

Foto: MPC-MG.

gador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior; o Deputado federal Rogério Correia; o Desembargador do Tribunal Regional Federal da 6ª Região Flávio Boson Gambogi; o Promotor de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais Paulo de Tarso Morais Filho; a Defensora Pública-Geral

MPC-MG prestigia entrega de comenda do TCE-MG de 2024

(continuação)

do Estado de Minas Gerais, Raquel Gomes de Souza da Costa Dias; o Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, Desembargador Júlio César Lorens; e a Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Desembargadora Denise Alves Horta.



Da esquerda para a direita: Cristina Andrade Melo, Sara Meinberg, Elke Moura e Maria Cecília Borges. 4 set. 2024. Foto: MPC-MG.



O Presidente do TJMG, Desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior, em seu discurso. 4 set. 2024. Foto: MPC-MG.



Da esquerda para a direita: Durval Ângelo, Wanderley Ávila, Cláudio Terrão, Mauri Torres, Agostinho Patrus, Telmo Passareli, Adonias Monteiro e José Alves Viana. 4 set. 2024. Foto: MPC-MG.

Entre as autoridades do TCE-MG, estiveram presentes o Vice-Presidente da Corte, Conselheiro Durval Ângelo; o Conselheiro Ouvidor, Cláudio Terrão, o Conselheiro Corregedor, Wanderley Ávila; os Conselheiros Mauri Torres e Agostinho Patrus; o Conselheiro em exercício Telmo Passareli; e o Conselheiro Substituto Adonias Monteiro. Também prestigiou a cerimônia o Conselheiro aposentado José Alves Viana.

Após a entrega do Colar do Mérito, para falar em nome dos agraciados, o Presidente do TJMG, Desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior, proferiu seu discurso, em que teceu agradecimentos à Corte de Contas mineira. O Desembargador, para ressaltar a importância da Comenda, leu a biografia do Ministro José Maria Alkmim, apontando seus ideais de modernização e denominando o Ministro de “Artífice do pensamento econômico”.

Em seguida, a palavra foi passada para o Presidente do TCE-MG, Gilberto Diniz, que parabenizou os agraciados e desejou que o Colar do Mérito sirva como um estímulo ao espírito republicano, além de representar uma lembrança do Estado ético. Ele também citou o escritor mineiro Guimarães Rosa: *“O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria,*

MPC-MG prestigia entrega de comenda do TCE-MG de 2024

(continuação)

aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”.

Gilberto Diniz expressou seu profundo respeito pelos agraciados e destacou a simbologia da data de entrega da comenda em setembro, que remete à instalação do TCE-MG.

O Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco, também apontou o valor da comenda:

“Participar da cerimônia de entrega do Colar do Mérito é um momento de grande importância para todos nós, pois este reconhecimento simboliza a dedicação à boa gestão pública. Em nome do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, parabéns aos agraciados. Que este evento inspire todos nós a fortalecer nossos princípios e a continuar defendendo a justiça e a ética na Administração Pública.

Por fim, na oportunidade, os Membros do Parquet Especial presentearam a agraciada Susana Maria Fontes Azevedo Freitas, Conselheira Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, em agradecimento pela colaboração na realização do XII Fórum Nacional do Ministério Público de Contas, que ocorreu em agosto, na capital sergipana.



O evento. 4 set. 2024. Foto: MPC-MG.



Ao púlpito, o Presidente do TCE-MG, Gilberto Diniz. 4 set. 2024. Foto: MPC-MG.

Confira todos os agraciados:

Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior, Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais;

Rogério Correia, Deputado federal;

Leonardo Carvalho de Lucena Navaes, Capitão de Mar e Guerra e Comandante da Capitania Fluvial de Minas Gerais;

Marilene Alves de Souza, Deputada Estadual de Minas Gerais;

Beatriz Cerqueira, Deputada Estadual de Minas Gerais;

Ricardo Antônio Mohallem, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região;

Susana Maria Fontes Azevedo Freitas, Conselheira Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe;

Edilson de Sousa Silva, Conselheiro Corregedor do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Presidente da Atricon;

Waldemar Pinheiro dos Santos, Procurador do Estado de Mato Grosso e Subprocurador-Geral de Aquisições e Contratos;

Márcio Ferreira Souto, Prefeito municipal de Pedra Azul;

José Bráulio Aleixo, Prefeito municipal de Dom Silvério;

Jorge Luiz Gomes da Costa, Prefeito municipal de Volta Grande;

Eliton Luiz Moreira, Prefeito municipal de Doresópolis;

Risodalva Beata de Castro, Auditora Pública Externa do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

MPC-MG prestigia entrega de comenda do TCE-MG de 2024

(continuação)

SAIBA MAIS

O Colar do Mérito da Corte de Contas Ministro José Maria de Alkmim foi instituído em 5 de julho de 1995, por meio da Resolução nº 12/1995, assinada pelo Conselheiro Flávio Régis Xavier de Moura e Castro, então Presidente do TCE-MG, para condecorar pessoas ou instituições que tenham prestado relevantes serviços ao Tribunal de Contas ou ao sistema de controle da Administração Pública. ■



Maria Cecília Borges, Marcílio Barenco, Susana Maria Fontes Azevedo Freitas, Cristina Andrade Melo, Elke Moura e Sara Meinberg. 4 set. 2024. Foto: MPC-MG.

GALERIA DE FOTOS

1



2



3



4

LEGENDAS

1: O Presidente do TCE-MG, Gilberto Diniz (ao centro), com agraciados com o Colar do Mérito. 4 set. 2024. Foto: TCE-MG |

2: O Conselheiro Durval Ângelo (à esquerda) e o Conselheiro Wanderley Ávila (à direita), com agraciados com o Colar do Mérito. 4 set. 2024. Foto: TCE-MG. | 3: O Conselheiro Cláudio Terrão (à esquerda) e o Conselheiro Mauri Torres (à direita), com agraciados com o Colar do Mérito. 4 set. 2024. Foto: MPC-MG. | 4: O Conselheiro Agostinho Patrus (à esquerda) e o Conselheiro em exercício, Telmo Passareli (à direita), com agraciados com o Colar do Mérito. 4 set. 2024. Foto: MPC-MG. |

MPC-MG realiza visita institucional à AMMP

por Simone Pereira

No dia 5, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, representado pelo Procurador-Geral, Marcílio Barenco, e pelo Subprocurador-Geral, Daniel Guimarães, realizou visita institucional à Associação Mineira do Ministério Público (AMMP).

Recebidos pela Presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral, e pela 1ª Vice-Presidente, Luz Maria Romanelli de Castro, o encontro teve como objetivo o estreitamento de laços entre as instituições. Durante a reunião, foram discutidos temas de carreira e questões de interesse comum, reforçando a colaboração e a troca de experiências entre o MPC-MG e a AMMP.

Este encontro é crucial para fortalecer o relacionamento institucional e garantir uma atuação mais integrada e eficaz em prol da justiça e da boa gestão pública. A aproximação e o diálogo contínuo entre as entidades são fundamentais para o desenvolvimento de



Da esquerda para a direita: Luz Maria Romanelli de Castro, Marcílio Barenco, Larissa Rodrigues Amaral e Daniel Guimarães. 5 set. 2024. Acervo pessoal.

estratégias e para a defesa dos princípios do Estado Democrático de Direito, promovendo um ambiente de trabalho mais colaborativo e alinhado às necessidades sociais. ■

Procuradores do MPC-MG publicam artigos em livro denominado “Integridade e Contratações Públicas”

por Simone Pereira

O Subprocurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Daniel Guimarães, e a Procuradora Cristina Andrade Melo, que também é Editora-Chefe da *Controle em Foco: Revista do MPC-MG* e Tesoureira da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), colaboraram com artigos na obra intitulada “Integridade e Contratações Públicas”, que tem prefácio do Ministro do Tribunal de Contas da União Antonio Anastasia.



Procuradores do MPC-MG publicam artigos em livro denominado “Integridade e Contratações Públicas” (continuação)

Com a coordenação de Cristiana Fortini, Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA), da advogada Maria Fernanda Veloso Pires e do Procurador do Município de Itabirito, Caio Mário Lana Cavalcanti, a edição reúne uma coletânea de artigos que abordam temas críticos e contemporâneos no campo do Direito Administrativo.

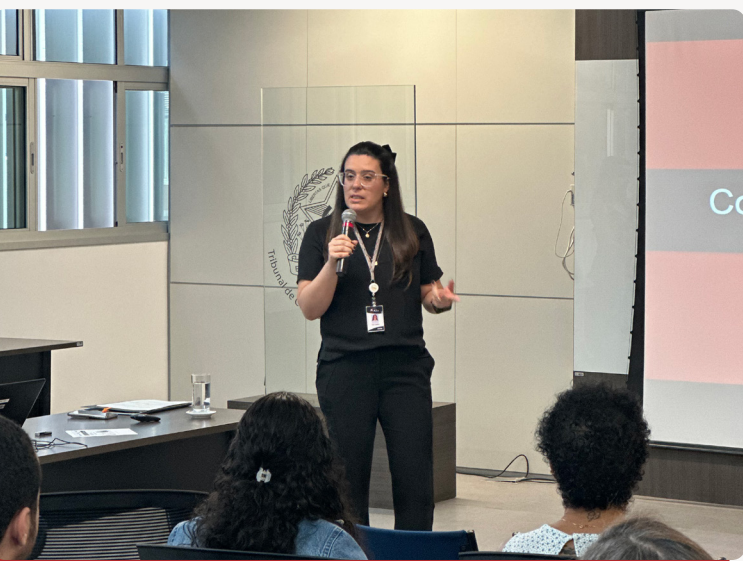
O Subprocurador-Geral do MPC-MG, Daniel Guimarães, contribuiu com o artigo intitulado “Lei nº 12.846/2013 e a Competência dos Tribunais de Contas”. Nele, o autor analisa o papel dos Tribunais de Contas na aplicação da Lei Anticorrupção, destacando a competência dessas instituições na fiscalização e controle da integridade nas contratações públicas.

Já a Procuradora Cristina Andrade Melo é autora do artigo “O Plano de Contratações Anual na Nova Lei de Licitações”. Ela discute o planejamento e a execução do Plano de Contratações Anual, introduzido pela nova Lei de Licitações (Lei federal nº 14.133/2021), ressaltando sua influência na eficiência e na transparência nas contratações públicas.

O livro tem como temas centrais a integridade e as contratações públicas, com artigos que exploram a aplicação da nova Lei de Licitações (Lei federal nº 14.133/2021) e a Lei Anticorrupção (Lei federal nº 12.846/2013). Entre os tópicos discutidos estão os programas de integridade, a consensualidade em contratações públicas, desafios na governança municipal, *due diligence* preventiva e a responsabilidade de licitantes por corrupção. ■

MPC-MG promove palestra do Projeto “Conhecendo o MPC”

por Simone Pereira



A Assessora do Procurador Glaydson Massaria, Tatiana Almeida, durante palestra. 11 set. 2024. Foto: MPC-MG.

No dia 11, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais realizou mais uma palestra no âmbito do Projeto “Conhecendo o MPC”, desta vez com os discentes da Faculdade Newton Paiva. O evento ocorreu na Sala Ágora do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) e foi prestigiado por Giovanna Bonfante, Assessora da Procuradora Ouvidora e Coordenadora do Projeto, Elke Moura.

A palestra foi conduzida por Tatiana Almeida, Assessora do Procurador Glaydson Massaria, que apresentou a estrutura e a atuação do MPC, suas competências e importância na fiscalização das contas públicas. Durante o

MPC-MG promove palestra do Projeto “Conhecendo o MPC”

(continuação)

encontro, os participantes tiveram a oportunidade de conhecer mais sobre as funções desempenhadas pelos Procuradores e servidores, além de esclarecer dúvidas sobre o funcionamento desse órgão de controle.

Na oportunidade, os discentes participaram da Sessão do Pleno, conduzida pelo Conselho Vice-Presidente, Durval Ângelo, e com a presença do MPC-MG, representado pelo Procurador-Geral, Marcílio Barenco.

SAIBA MAIS

O Projeto “Conhecendo o MPC”, inserido no programa de integridade do MPC-MG, tem como objetivo aproximar o *Parquet* de Contas mineiro da sociedade e promover a transparência sobre suas atividades. Por meio de palestras e encontros, busca-se disseminar o conhecimento sobre a relevância do trabalho do Órgão Ministerial para a preservação do patrimônio público e a garantia da legalidade na gestão dos recursos.

Com uma abordagem acessível e educativa, o encontro proporciona um espaço de diálogo entre os profissionais do MPC e os estudantes, reafirmando o compromisso do Órgão com a educação e a conscientização sobre o controle das contas públicas. ■



Os discentes da Faculdade Newton Paiva na Sessão do Pleno. 11 set. 2024. Foto: MPC-MG.



Os participantes da palestra. À frente, Giovanna Bonfante, a Assessora da Procuradora Ouvidora, Elke Moura. 11 set. 2024. Foto: MPC-MG.

**Projeto
Conhecendo o MPC**
2024

VOCÊ SABIA QUE EXISTE UM MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIALIZADO NA FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS?

QUER SABER MAIS SOBRE SUA ESTRUTURA E FORMA DE ATUAÇÃO?

SE VOCÊ OU SUA INSTITUIÇÃO TÊM INTERESSE EM PARTICIPAR DO NOSSO PROJETO, ENTRE EM CONTATO CONOSCO!



(31) 3348-3228



gabelkemoura@mpc.mg.gov.br

MPC-MG prestigia cerimônia de entrega da Medalha Francisco Lins, do MPMG

por Simone Pereira



O dispositivo de honra. 13 set. 2024. Foto: MPMG.

No dia 13, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, representado pelo Subprocurador-Geral, Daniel Guimarães, prestigiou a entrega da Medalha do Mérito do Ministério Público Promotor de Justiça Francisco José Lins do Rego Santos, que agraciou nove personalidades por seus respectivos méritos e relevantes serviços prestados à cultura jurídica e ao Ministério Público.

Como encerramento da Semana do Ministério Público, a cerimônia de outorga de Medalha do MPMG foi realizada durante sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça e ocorreu no Teatro do Minas Tênis Clube I, em Belo Horizonte, contando com a presença de aproximadamente 600 pessoas.

Além do Subprocurador-Geral do MPC-MG, Daniel Guimarães, compuseram o dispositivo de honra o Procurador-Geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior; o Governador de Minas Gerais, Romeu Zema; o Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco; o Procurador-Geral da República, Paulo Gonet Branco;

o Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior; a Conselheira e Ouvidora Nacional do Ministério Público, Ivana Lúcia Franco Cei; a Defensora Pública-Geral do Estado de Minas Gerais, Raquel Gomes de Souza da Costa Dias; o Defensor Público-Geral federal, Leonardo Cardoso de Magalhães; o Corregedor-Geral do MPMG, Marco Antônio Lopes de Almeida; a Ouvidora do MPMG, Nádia Estela Ferreira Mateus; o Vice-Presidente do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais, Desembargador James Ferreira Santos; o Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais, Arlélcio de Carvalho Lage; e a Presidente da Associação Mineira do Ministério Público, Larissa Rodrigues Amaral.

Os agraciados foram: o Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, que recebeu o Grande Colar. O Procurador-Geral da República, Paulo Gonet Branco; a Conselheira e Ouvidora Nacional do Ministério Público, Ivana Lúcia Franco Cei; e a Advogada e Empresária, Luiza Helena Trajano Inácio Rodri-

MPC-MG prestigia cerimônia de entrega da Medalha Francisco Lins, do MPMG (continuação)

gues, os quais receberam A Medalha de Honra. Por fim, foram homenageados com a Comenda: a Deputada federal, Célia Xacriabá; a Secretária municipal de Cultura de Belo Horizonte, Eliane Parreiras; a Presidente do Serviço Social Autônomo (Servas), Christiana Noronha Renault de Almeida; o Diretor da Faculdade de Direito da

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Professor Hermes Vilchez Guerrero; e a Servidora Aposentada do MPMG Sarah Marques de Campos.

A cerimônia foi transmitida pela TV MP. Assista [aqui](#). ■



Paulo Gonet Branco, Rodrigo Pacheco, Jarbas Soares Júnior, Ivana Lúcio Franco Cei e Luiza Helena Trajano. 13 set. 2024. Foto: MPMG.



Sarah Marques de Campos, Hermes Vilchez Guerrero, Christiana Renault, Eliane Parreiras e Célia Xacriabá. 13 set. 2024. Foto: MPMG.

Procurador do MPC-MG recebe visita de organizadoras de livro intitulado “Integridade e Contratações Públicas”

por Simone Pereira

No dia 13, o Subprocurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Daniel Guimarães, recebeu, nas dependências do MPC-MG, visita de cortesia da Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA), Cristiana Fortini, e da advogada Maria Fernanda Pires.

A visita foi um gesto de agradecimento pela participação do Subprocurador-Geral no livro “Integridade e Contratações Públicas”, organizado pelas duas juristas, em conjunto com



Maria Fernanda Pires, Daniel Guimarães e Cristiana Fortini. 13 set. 2024. Acervo pessoal.

Procurador do MPC-MG recebe visita de organizadoras de livro intitulado “Integridade e Contratações Públicas” (continuação)

o Procurador do Município de Itabirito, Caio Mário Lana Cavalcanti.

Na obra, o Subprocurador-Geral do MPC-MG contribuiu com o artigo intitulado “Lei nº 12.846/2013 e a Competência dos Tribunais de Contas”. O texto aborda o papel dos Tribunais de Contas na aplicação da Lei Anticorrupção, trazendo uma análise sobre as atribuições dessas instituições no contexto da fiscalização de práticas administrativas e na promoção da integridade nas contratações públicas.

SAIBA MAIS

O livro tem como tema central a integridade e as contratações públicas, com artigos que exploram a aplicação da nova Lei de Licitações (Lei federal nº 14.133/2021) e a Lei Anticorrupção (Lei federal nº 12.846/2013). Entre os tópicos discutidos estão os programas de integridade, a consensualidade em contratações públicas, desafios na governança municipal, *due diligence* preventiva e a responsabilidade de licitantes por corrupção. ■

Procuradora do MPC-MG recebe título de cidadania honorária do Município de Itabira

por Gabinete Procuradora Cristina Andrade Melo

No dia 13, a Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais Cristina Andrade Melo foi agraciada com o Título de Cidadania Honorária Itabirana, homenagem de autoria do Vereador Bernardo de Souza Rosa, outorgada pela Câmara Municipal de Itabira (MG), em cerimônia realizada na Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade.

Na ocasião, quando se comemorou o 176º Aniversário de Emancipação Política de Itabira, outros homenageados foram condecorados com a Cidadania Honorária e Medalha do Minério de Itabira, bem como com o Diploma de Honra ao Mérito.

Em seu discurso de agradecimento, a Procuradora relembrou com orgulho suas origens



A Procuradora do MPC-MG Cristina Andrade Melo.
13 set. 2024. Foto: Acervo pessoal.

Procuradora do MPC-MG recebe título de cidadania honorária do Município de Itabira

(continuação)

itabiranas e, em homenagem a seus antepassados, recitou o poema “Memória”, de Carlos Drummond de Andrade, primo de seu avô:

“Amar o perdido
deixa confundido
este coração

Nada pode o olvido
contra o sem sentido
apelo do Não

As coisas tangíveis
tornam-se insensíveis
à palma da mão

Mas as coisas findas
muito mais que lindas,
essas ficarão.” ■



Cristina Andrade Melo em seu discurso.
13 set. 2024. Foto: Acervo pessoal.



A homenagem. 13 set. 2024. Foto: Acervo pessoal.

Procuradora do MPC-MG realiza visita institucional ao TCE-RN e ao MPC-RN

por Simone Pereira



A Procuradora do MPC-MG Maria Cecília Borges e o Procurador-Geral do MPC-RN, Luciano Ramos.
19 set. 2024. Foto: Acervo pessoal.

No dia 19, a Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais Maria Cecília Borges foi recebida pelo Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN), Conselheiro Gilberto Jales. Também participaram do encontro o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Rio Grande do Norte, Luciano Ramos, e os Conselheiros Carlos Thompson e Antônio Ed Souza Santana.

Durante o encontro, foram discutidas questões relacionadas ao controle externo, res-

Procuradora do MPC-MG realiza visita institucional ao TCE-RN e ao MPC-RN (continuação)



A reunião. 19 set. 2024. Foto: Acervo pessoal.

saltando a importância da atuação conjunta entre os Tribunais de Contas e os Ministérios Públicos de Contas na defesa do patrimônio público.

Após a reunião no TCE-RN, Maria Cecília Borges visitou a Procuradoria-Geral do MPC-RN, com o objetivo de trocar experiência entre as instituições, reforçando a necessidade de se compartilhar práticas e conhecimentos para aprimoramento dos *Parquets* de Contas. ■

Procurador-Geral do MPC-MG realiza visita institucional ao MPC-SP

por Simone Pereira



Licurgo Mourão, Rafael Neubern Demarchi Costa, Marcílio Barenco, e Leonardo Motta Espírito Santo. 18 set. 2024. Foto: Acervo pessoal.

No dia 18, o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Marcílio Barenco, realizou visita institucional ao Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, tendo sido recepcionado pelo titular da 1ª Procuradoria de Contas, Rafael Neubern Demarchi Costa.

Também participaram do encontro o Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais Licurgo Mourão e seu Chefe de Gabinete, Leonardo Motta Espírito Santo. Na ocasião, as autoridades se encontraram também com a Procuradora-Geral do MPC-SP, Leticia Formoso Delsin Matuck Feres, e com o titular da 4ª Procuradoria de Contas, Celso Augusto Matuck Feres Junior.



O encontro. 18 set. 2024. Foto: Acervo pessoal.

Procurador-Geral do MPC-MG realiza visita institucional ao MPC-SP (continuação)

Na visita, foram debatidos temas relacionados ao controle externo e à fiscalização da Administração Pública, além de boas práticas institucionais adotadas por ambos os Ministérios Públicos de Contas. Discussões sobre os desafios no exercício do controle e a identificação de oportunidades de cooperação em projetos conjuntos também foram tratadas, com o objetivo de fortalecer a atuação dos órgãos. O encontro permitiu ainda o estreitamento de laços entre as instituições, fortalecendo o diálogo e a colaboração mútua em prol de um controle mais eficaz e integrado. ■



Rafael Neubern Demarchi Costa, Marcílio Barenco, Letícia Delsin e Celso Augusto Matuck Feres Junior. 18 set. 2024.
Foto: Acervo pessoal.

MPC-MG marca presença em Seminário Setembro Verde, promovido pela DPMG

por Simone Pereira



A Procuradora Corregedora do MPC-MG, Sara Meinberg, e a Defensora Pública-Geral, Raquel Dias. 20 set. 2024.
Foto: TCE-MG.

No dia 20, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, representado pela Procuradora Corregedora, Sara Meinberg, marcou presença no Seminário Setembro Verde, promovido pela Defensoria Pública de Mi-

nas Gerais. O evento, realizado no Mineirão, celebrou o mês da luta das pessoas com deficiência e teve como foco a inclusão social e a conscientização sobre os direitos desse público.

Estiveram presentes a Defensora Pública-Geral, Raquel Dias, o Coordenador Estadual de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência da DPMG, Luis Renato Braga Arêas Pinheiro, entre outras autoridades. Também participou do evento o Coordenador de Capacitação da Escola de Contas, Renê Lopes Lage.

O seminário contou com uma programação diversificada, abordando temas como inclusão e direitos das pessoas com deficiência. Entre as principais atrações, destacou-se a Roda de Conversa com a campeã paralímpica Ana Carolina Moura, que relatou suas vivências e

MPC-MG marca presença em Seminário Setembro Verde, promovido pela DPMG
(continuação)

falou sobre superação por meio do esporte. Diversas associações voltadas para a causa também participaram, promovendo discussões e o compartilhamento de experiências.



A campeã paralímpica Ana Carolina Moura. 20 set. 2024. Foto: TCE-MG.

O evento também ofereceu uma Tenda de Serviços, onde estandes disponibilizaram materiais como cursos, livros e cartilhas voltadas para orientação e capacitação, criando uma oportunidade única para a comunidade se inteirar dos serviços voltados para as pessoas com deficiência e se envolver nas questões de inclusão social.



O público do evento. 20 set. 2024. Foto: TCE-MG.



Da esquerda para a direita: Renê Lopes Lage, Luis Renato Braga Arêas Pinheiro e Sara Meinberg. 20 set. 2024. Foto: TCE-MG.

A Procuradora Corregedora, Sara Meinberg, comentou sobre sua experiência no evento:

“

O seminário foi muito rico e interessante, além de emocionante. Tive a oportunidade de ouvir relatos de deficientes de diferentes naturezas, todos com importantes testemunhos. Todos me enriqueceram e me trouxeram importante aprendizado. ■

”



Ana Carolina Moura e Sara Meinberg. 20 set. 2024. Foto: Acervo pessoal.

Procurador-Geral do MPC-MG participa de 1º Congresso Brasileiro de Direito Administrativo Sancionador

por Simone Pereira



O Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Marcílio Barenco. Foto: Acervo pessoal.

Nos dias 19 e 20, o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Marcílio Barenco, participou do 1º Congresso Brasileiro de Direito Administrativo Sancionador (CDAS), realizado no Rio de Janeiro. O evento foi organizado pelo Instituto de Direito Administrativo Sancionador (Idasan) em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.

Reunindo especialistas renomados, acadêmicos, profissionais e estudantes, o congresso proporcionou um espaço de discussão sobre os mais recentes avanços e desafios do Direito Administrativo Sancionador.

O evento teve como objetivo “proporcionar um espaço de debate e aprendizado sobre os principais desafios e perspectivas do Direito Administrativo Sancionador, promover a tro-

ca de experiências e o *networking* entre os participantes. Além disso, buscou disseminar conhecimento e estimular o desenvolvimento de novas práticas e políticas no âmbito da Administração.

O Procurador-Geral do MPC-MG destacou a relevância do congresso para o aprimoramento das discussões no campo do Direito Administrativo Sancionador:

“O CDAS foi uma excelente oportunidade para debatermos as perspectivas desse ramo do Direito, que tem um impacto direto na Administração Pública. O evento nos proporcionou reflexões e abriu caminhos para o desenvolvimento de novas práticas e políticas mais efetivas. ■

MPC-MG prestigia lançamento do livro “Direito de Energia”

por Simone Pereira



Daniel Guimarães, Cristiana Fortini, Marcílio Barenco e Vera Kirchmeyer. 24 set. 2024. Foto: Acervo pessoal.

No dia 24, o Ministério Público de Contas de Minas Gerais, representado pelo Procurador-Geral, Marcílio Barenco, e pelo Subprocurador-Geral, Daniel Guimarães, esteve presente no lançamento do livro “Direito de Energia”, organizado por Cristiana Fortini, Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA); Eric Gonzalez Pinto, Advogado; Henrique Motta Pinto, 2º Superintendente Jurídico Corporativo da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig); e Virginia Kirchmeyer, Advogada.

A obra, que conta com prefácio de Reynaldo Passanezi Filho, foi apresentada no Foyer do Grande Teatro Cemig Palácio das Artes, em Belo Horizonte. O evento contou com a presença de diversos juristas, autoridades e especialistas, reafirmando a relevância do tema no cenário atual.

Sobre o livro

“Direito de Energia” é uma obra coletiva composta por 17 artigos que abordam aspectos fundamentais e contemporâneos do setor elé-

trico. Os autores oferecem análise de temas que abrangem desde questões técnicas, como a eficácia dos equipamentos de proteção individual para eletricitários e a geração distribuída de energia, até assuntos jurídicos e regulatórios mais amplos, como o *compliance* no setor de energia, os desafios enfrentados pelas concessionárias e as implicações tributárias e societárias da autoprodução de energia.

Além de explorar as particularidades do setor, o livro traz a discussão de temas inovadores, como o marco legal das *startups* no setor elétrico e o papel do *venture capital* nas empresas de energia.

Com contribuições de especialistas que vivem o cotidiano do setor, a obra oferece um panorama das questões mais atuais e relevantes, tornando-se uma leitura essencial para aqueles que atuam ou se interessam pelo direito de energia.

A versão digital do livro está disponível para download gratuito [aqui](#). ■

MPC-MG prestigia solenidade de posse do novo Comando da Polícia Militar de Minas Gerais

por Simone Pereira



Policiais militares desfilam durante a solenidade. Ao fundo, as autoridades presentes. 25 set. 2024. Foto: Agência Minas.

No dia 25, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, representado pelo Procurador-Geral, Marcílio Barenco, prestigiou a solenidade de transmissão e assunção dos cargos de Comandante-Geral e Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG). O evento ocorreu no pátio da Academia de Polícia Militar, no bairro Prado, em Belo Horizonte, e foi presidido pelo Governador Romeu Zema.

Na ocasião, o Governo de Minas apresentou o novo Comandante-Geral da Corporação, Coronel PM Carlos Frederico Otoni Garcia, e o novo Chefe do Estado-Maior, Coronel PM Maurício José de Oliveira. Eles substituem o Coronel PM Rodrigo Piassi do Nascimento e o Coronel PM Marcelo Ramos de Oliveira, respectivamente.

A solenidade contou com a presença de diversas autoridades, como o Advogado-Geral do



Desfile do evento. 25 set. 2024. Foto: Agência Minas.

Estado, Sérgio Pessoa, o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Gilberto Diniz, além de outras personalidades da segurança pública e da Administração Pública.

MPC-MG prestigia solenidade de posse do novo Comando da Polícia Militar de Minas Gerais (continuação)

O Governador Romeu Zema destacou o valor da Polícia Militar, que nos últimos anos tem se consolidado como uma das melhores polícias do Brasil, refletido em números expressivos de redução da criminalidade. Durante seu dis-



O evento. 25 set. 2024. Foto: Agência Minas.

curso, Zema elogiou o trabalho realizado pela Corporação e ressaltou fortalecimento da segurança pública.

O Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco, também ressaltou a relevância do trabalho da PMMG para a sociedade mineira:

“

A Polícia Militar de Minas Gerais tem desempenhado papel central na garantia da segurança pública. O novo Comando dará continuidade a essa trajetória de sucesso, contribuindo para a paz e a ordem em nosso Estado. O Ministério Público de Contas reforça seu compromisso em colaborar com instituições que, como a PMMG, trabalham pela proteção e pelo bem-estar da população mineira. ■

”

Procuradora do MPC-MG participa de seminário promovido pelo IBDA

por Simone Pereira



A Procuradora Ouvidora do MPC-MG, Elke Moura, e o Conselheiro Substituto do TCE-MG Licurgo Mourão. 25 set. 2024. Acervo pessoal.

No dia 25, a Procuradora Ouvidora do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Elke Moura, esteve presente no seminário “O efeito TCU no consenso da Administração Pública”, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA). O evento, realizado, em Brasília, reuniu especialistas e autoridades do Direito Administrativo para debater as implicações das decisões do Tribunal de Contas da União (TCU) no fortalecimento do consenso na Administração Pública.

Durante o seminário, foram abordados temas como o papel das instituições no processo de consenso e a experiência do Tribunal de Con-

Procuradora do MPC-MG participa de seminário promovido pelo IBDA
(continuação)

tas da União nesse contexto. A programação incluiu painéis temáticos com a presença de juristas e especialistas que compartilharam suas visões sobre a aplicação do consenso nos órgãos de controle e na Administração Pública em geral.

A abertura do evento contou com a participação da Presidente do IBDA, Cristiana Fortini, e dos palestrantes César Pereira e André Luiz Freire, que destacaram a necessidade de discutir o consenso na Administração Pública. O primeiro painel, moderado por Natália Marcassa, teve como foco “O consenso na Administração Pública”, com a participação do Presidente do TCU, Ministro Bruno Dantas, e pelos especialistas Marçal Justen Filho e Cristiana Fortini, que debateram o papel do consenso no ambiente institucional.

O painel seguinte explorou “A experiência do consenso no TCU”, com as contribuições de Sílvia Caracas, Maria Virgínia Mesquita e André Luiz Freire. À tarde, o debate continuou com discussões sobre “O consenso nos Tribunais de Contas e outros órgãos administrativos”, moderada por Roberta Negrão, e com a participação de Milton Carvalho Gomes, Mau-



Da esquerda para a direita: Lucas Regufe Braga Teixeira, Elke Moura, Mariana Bueno Resende e André Luiz Freire. 25 set. 2024. Acervo pessoal.

ricio Zockun e Luciano Ferraz. O último painel versou sobre “O consenso e a AGU”, mediado por Priscilla Nascimento, com a presença de Flávio Roman, César Pereira e Maria Fernanda Pires, concluindo com as considerações finais de César Pereira e André Luiz Freire.

O seminário, que ocorreu no auditório da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), contou com a presença de outras autoridades, como o Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais Licurgo Mourão. Também estiveram presentes seus Assessores Mariana Bueno Resende e Lucas Regufe Braga Teixeira. ■



Cristiana Fortini, Natália Marcassa, Bruno Dantas e Marçal Justen Filho. 25 set. 2024. Acervo pessoal.

Ampcon celebra 39 anos de história e conquistas!

por Simone Pereira

39 Anos
AMPCON

Associação Nacional do Ministério Público de Contas

A Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon) completa 39 anos de atuação. Fundada em 4 de setembro de 1985 em Salvador (Bahia), a Ampcon surgiu do esforço de 13 Membros dos Ministérios Públicos de Contas do Brasil. A comissão inicial contava com Procuradores como Celestino Granato Goulart (RS), Ricardo José Araújo de Oliveira (SC) e Amauri de Oliveira e Silva (PR).

Em 13 de novembro de 1991, em Recife (Pernambuco), a Associação foi formalmente constituída como a “Associação Nacional dos Procuradores dos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios”. A entidade recebeu sua primeira Diretoria em 12 de maio de 1992, em Brasília, sob a liderança de Rosa Inês Pedrosian Bastos (MS) como Presidente.

Desde sua criação, a Ampcon tem sido fundamental na defesa do *Parquet* Especial como

instituição permanente e independente. A Associação tem promovido a representação proporcional do MPC nos Tribunais de Contas e buscado reconhecimento e autonomia para a instituição.

Sobre o marco de 39 anos, o Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco, afirmou:

“

A Ampcon tem sido a pedra angular na luta pela independência e reconhecimento do Ministério Público de Contas. Celebramos com orgulho as conquistas até aqui e continuaremos nossa busca pela excelência dessa instituição, que é essencial para o fortalecimento do sistema de controle externo no Brasil.

”

TCE-MG celebra aniversário de 89 anos!

por Simone Pereira



Fachada do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Foto: MPC-MG.

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, por meio do Procurador-Geral, Marcílio Barenco, do Subprocurador-Geral, Daniel Guimarães, de seus demais Procuradores, servidores e colaboradores, parabeniza o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais pelos 89 anos de dedicação ao controle externo e à fiscalização das contas públicas.

Desde sua criação, em 9 de setembro de 1935, o TCE-MG tem desempenhado um papel determinante na garantia da legalidade e da economicidade da gestão pública em todo o Estado. Seus investimentos em tecnologias e inovações conferem um caráter vanguardista

em sua atuação, contribuindo de forma eficiente para a fiscalização dos 853 Municípios mineiros e de diversos órgãos estaduais. Ao longo dos anos, o Ministério Público de Contas tem atuado em parceria com o TCE-MG nesse processo, concorrendo ativamente para fortalecer o controle das contas públicas, zelando pela correta aplicação dos recursos públicos e promovendo a justiça fiscal.

Essa colaboração contínua entre o *Parquet* Especial e a Corte de Contas reforça o compromisso com a eficiência na Administração Pública e o bem-estar social, contribuindo para o desenvolvimento do nosso Estado. ■

MPC-MG EM NÚMEROS

por Coordenadoria de Apoio Operacional (CAOP)

Confira a movimentação processual entre o **MPC-MG** e o **TCE-MG** referente ao mês de **AGOSTO**.

1.492

PROCESSOS **ENTRARAM**

1.734

PROCESSOS **SAÍRAM**, COM PARECER, DESPACHO OU MANIFESTAÇÃO PRELIMINAR

AUTUAÇÃO E PROCESSAMENTO PRÓPRIOS

06 Notícias de Irregularidades

01 Inquérito Civil

REPRESENTAÇÕES

1.174.249 REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELA PROCURADORA DO MPC-MG SARA MEINBERG MEDIANTE DENÚNCIA DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM EDITAL PROMOVIDO PELO MUNICÍPIO DE POÇOS DE CALDAS, QUE OBJETIVOU A SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL INTERESSADA EM CELEBRAR TERMO DE FOMENTO QUE TENHA POR OBJETO A EXECUÇÃO DE PROJETO DE ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO COM DIRETRIZES DE PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E URBANO PARA OS PRÓXIMOS 50 ANOS.

1.174.326 REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO PROCURADOR DO MPC-MG GLAYDSON SANTO SOPRANI MASSARIA EM FACE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PEDRO LEOPOLDO, POR CONSTATAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES RELATIVAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO MUNICIPAL, TAIS COMO SUCESSIVAS PRORROGAÇÕES CONTRATUAIS, IMPLEMENTAÇÃO DE SUBSÍDIO MENSAL, MAJORAÇÃO DO VALOR DA TARIFA E AUSÊNCIA DE INSTAURAÇÃO DE NOVO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.

LEX DATA

por Gabinete Procuradora Maria Cecília Borges

Regulamento que dispõe sobre transferências internacionais de dados é aprovado pela ANPD

No dia 23 de agosto de 2024, o Diário Oficial da União publicou Resolução CD/ANPD n. 19/2024¹, que disciplina a transferência internacional de dados, regulamentando o art. 33 e art. 36 da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Foram definidos procedimentos e regras para aplicação de outros países e organismos internacionais, além da definição de meios de fluxos internacionais de dados pessoais.

De acordo com Rodrigo Santana dos Santos, Coordenador-Geral de Normatização da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), “a norma promove maior segurança jurídica para a inserção dos agentes de tratamento no comércio global e nas relações transfronteiriças e, consequentemente, proporciona maior proteção aos dados dos titulares durante toda a cadeia de tratamento, conforme previsto na Lei”.

Destaca-se a regulamentação das cláusulas-padrão contratuais que definem garantias e condições para realização de transferência internacional de dados pessoais e o estabelecimento de critérios para reconhecimento e adequação de outros países e organismos internacionais, proporcionando uma maior rede de proteção dentro das regras estabelecidas no ordenamento jurídico brasileiro.²

NOTAS

¹ Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cd/anpd-n-19-de-23-de-agosto-de-2024-580095396>> Acesso em 20 set. 2024.

² Adaptado de <<https://www.gov.br/anpd/pt-br/assuntos/noticias/resolucao-normatiza-transferencia-internacional-de-dados>> Acesso em 20 set. 2024.

COLUNA IURISPRUDENTIA

por Bruno Pimenta Carreiro

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Informativo nº 1.145

Resumo: “São inconstitucionais – por usurparem a competência privativa da União para legislar sobre normas gerais relativas às polícias militares e aos corpos de bombeiros militares (CR/1988, art. 22, XXI), bem como por extrapolarem a competência suplementar conferida aos Estados-membros – normas de lei estadual que permitem o desempenho de atividades de guarda e policiamento pelos prestadores de serviço voluntário e que restringem, sem justificativa razoável, a idade máxima para ingressar no serviço voluntário ou prorroguem o seu prazo de duração para além do previsto na legislação federal.” (ADI 3.608/GO, Relator: Ministro Nunes Marques, julgamento virtual finalizado em 9.8.2024)

Resumo: “É inconstitucional – por violar o princípio da separação dos Poderes (CR/1988, art. 2º), a autonomia dos Tribunais (CR/1988, arts. 96, I, “a”, e 99), a reserva de Lei Complementar nacional (CR/1988, art. 93, *caput*) e a reserva de iniciativa (CR/1988, art. 96, II, “d”) – norma de Constituição estadual, oriunda de iniciativa parlamentar, que disciplina matéria atinente à eleição dos órgãos diretivos do Tribunal de Justiça local.” (ADI 5.303/MT, Relator: Ministro Dias Toffoli, julgamento virtual finalizado em 9.8.2024)

Resumo: “Quando não houver o pagamento das parcelas do precatório, podem incidir juros de mora durante o prazo de parcelamento estabelecido no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), excluindo-se o ‘período de graça constitucional’ (CR/1988, art. 100, § 5º).” (ARE 1.462.538 AgR/PR, Relator: Ministro Alexandre de Moraes, Redator do acórdão: Ministro Luiz Fux, julgamento finalizado em 6.8.2024)

Informativo nº 1.146

Resumo: “Encontram-se presentes os requisitos para a concessão da medida cautelar, pois: (i) há plausibilidade jurídica no que se refere à alegada inexistência dos instrumentos de planejamento e inadequação de mecanismos de controle das transferências especiais (“emendas Pix”); e (ii) há perigo da demora na prestação jurisdicional, consubstanciado no risco de dano ao erário e à ordem constitucional, caso a realização das “emendas Pix” continue sem ferramentas e procedimentos que assegurem a transparência e a rastreabilidade dos dados (CR/1988, art. 163-A).” (ADI 7.688 MC-Ref/DF, ADI 7.695 MC-Ref/DF e ADI 7.697 MC-Ref/DF, Relator: Ministro Flávio Dino, julgamento virtual finalizado em 16.08.2024)

Resumo: “É inconstitucional – por violar a competência privativa da União para legislar sobre comércio exterior e interestadual (CR/1988, art. 22, VIII) – lei estadual que prevê exceções à proibição da comercialização de pneus usados importados.” (ADI 3.801/RS, Relator: Ministro Nunes Marques, julgamento virtual finalizado em 16.8.2024)

Resumo: “É constitucional – na medida em que representa norma sobre direito do consumidor que visa à proteção dos clientes – Lei estadual que obriga as empresas prestadoras de serviços de internet móvel e de banda larga na modalidade pós-paga a apresentarem, na fatura mensal, informações sobre a entrega diária de velocidade de recebimento e envio de dados pela rede mundial de computadores.” (ADI 7.416/MS, Relator: Ministro Alexandre de Moraes, julgamento finalizado em 15.8.2024)

COLUNA IURISPRUDENTIA

(continuação)

Informativo nº 1.147

Resumo: “É compatível com a Constituição da República de 1988 – e não ofende o seu art. 37, XXII – norma de Lei estadual que dispõe integrar a Administração tributária as atividades de competência dos cargos de provimento efetivo da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) local.” (ADI 5.597/AM, Relator: Ministro Nunes Marques, julgamento virtual finalizado em 23.8.2024)

Resumo: “É constitucional – por não versar sobre matéria relativa à organização, à estrutura interna, ao funcionamento ou ao exercício do poder fiscalizatório dos Tribunais de Contas (CR/1988, arts. 73, 75 e 96, II) – Lei estadual de iniciativa parlamentar que altera a destinação da receita arrecadada com a cobrança de multas aplicadas pela Corte de Contas local (recursos que são de titularidade da Fazenda estadual).” (ADI 6.557/MT, Relator: Ministro Cristiano Zanin, julgamento virtual finalizado em 16.8.2024)

Informativo nº 1.148

Resumo: “É constitucional – na medida em que configura discrimen razoável – Lei distrital que estabelece a obrigatoriedade de: (i) serem mantidos, no mínimo, 5% (cinco por cento) de pessoas com idade acima de quarenta anos, obedecido o princípio do concurso público, nos quadros da Administração Pública direta e indireta; e (ii) ser firmada cláusula, nas licitações para contratação de serviços com fornecimento de mão de obra, que assegure o mínimo de 10% (dez por cento) das vagas a pessoas com mais de quarenta anos.” (ADI 4.082/DF, Relator: Ministro Edson Fachin, julgamento virtual finalizado em 30.8.2024)

Resumo: “É formalmente inconstitucional norma decorrente de emenda parlamentar que não guarda estrita pertinência temática com a matéria tratada em projeto de lei de iniciativa reservada originalmente encaminhado à Casa Legislativa.” (ADI 7.230/MG, Relator: Ministro Gilmar Mendes, julgamento virtual finalizado em 30.8.2024)

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**Informativo nº 820**

Destaque: “A invalidação, pelo Poder Judiciário, de ato do CARF lesivo ao patrimônio público, seja ele favorável ou contrário ao Fisco, somente é possível quando eivado de manifesta ilegalidade, contrário a sedimentados precedentes jurisprudenciais ou incorrido em desvio ou abuso de poder.” (REsp 1.608.161-RS, Relatora: Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, por unanimidade, julgado em 6.8.2024, DJe 9.8.2024)

Destaque: “Os Tribunais de Contas detêm competência para julgar atos praticados por Prefeitos municipais na condição de ordenadores de despesas e, quando constatadas irregularidades ou ilegalidades, têm o poder-dever de aplicar sanções, no exercício das atribuições fiscalizató-

rias e sancionatórias.” (RMS 13.499-CE, Relator: Ministro Teodoro Silva Santos, Segunda Turma, por unanimidade, julgado em 6.8.2024)

Destaque: “É lícito ao Poder Judiciário determinar que o poder público realize estudo para identificar núcleos urbanos informais consolidados, áreas de risco e áreas de relevante interesse ecológico, no caso de omissão estatal.” (REsp 1.993.143-SC, Relator: Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, por unanimidade, julgado em 6.8.2024)

Informativo nº 822

Destaque: “As concessionárias de rodovias respondem, independentemente da existência de culpa, pelos danos oriundos de acidentes causados pela presença de animais domésticos nas

COLUNA IURISPRUDENTIA

(continuação)

pistas de rolamento, aplicando-se as regras do Código de Defesa do Consumidor e da Lei das Concessões.” (REsp 1.908.738-SP, Relator: Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Corte Especial, por unanimidade, julgado em 21.8.2024, DJe 26.8.2024. Tema 1122)

Destaque: “A competência do Superior Tribunal de Justiça para o processo e julgamento dos crimes de responsabilidade praticados por membros dos Tribunais de Contas dos Estados (art. 105, I, “a”, da CR/1988) não abarca a suposta autoria intelectual de crime de homicídio, tentado ou consumado.”

(Processo em segredo de justiça, Relator: Ministro Raul Araújo, Corte Especial, por unanimidade, julgado em 21.8.2024)

Destaque: “Em ação ordinária na qual se objetiva a anulação de questão de prova e reclassificação de candidato, quando eventual inclusão deste implicar a necessária exclusão de terceiros, é necessário o chamamento dos demais candidatos afetados para integrarem a lide.” (REsp 1.831.507-AL, Relator: Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, por unanimidade, julgado em 6.8.2024, DJe 9.8.2024)

Informativo nº 823

Destaque: “A exigência do efetivo prejuízo, em relação ao ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, prevista no art. 10, *caput*, da Lei n. 14.320/2021 (com redação dada pela Lei 14.320/2021) se aplica aos processos

ainda em curso.” (REsp 1.929.685-TO, Relator: Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, por unanimidade, julgado em 27.8.2024)

Destaque: “Não há necessidade de redistribuição do feito nos casos em que o Relator/Conselheiro de Tribunal de Contas seja vencido em decisão colegiada de natureza interlocutória (preliminar), quando inexistente previsão específica.” (RMS 68.561-PB, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, por unanimidade, julgado em 27.8.2024)

Destaque: “A convocação fracionada de aprovados em concurso público para o provimento das vagas previstas no edital não pode implicar restrição artificial da preferência na escolha da lotação segundo a ordem de classificação.” (RMS 71.656-RO, Rel. Ministro Francisco Falcão, Relator para acórdão: Ministro Teodoro Silva Santos, Segunda Turma, por maioria, julgado em 8.8.2024)

Informativo nº 824

Destaque: “É possível a aplicação das sanções de ‘suspensão dos direitos políticos’ ou ‘proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios’ aos particulares que tenham praticado o ato ímprobo em conjunto com o agente público.” (REsp 1.735.603-AL, Relator: Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, por unanimidade, julgado em 3.9.2024)

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**Boletim de jurisprudência nº 505**

Competência do TCU. Controle de constitucionalidade. Caso concreto. Ato normativo. Legalidade. Representação. Admissibilidade.

Não se conhece de representação cujo objetivo é discutir, em abstrato, a legalidade ou a constitucionalidade de ato normativo, por falta de competência do TCU. O processo de representação

tem como pressuposto de admissibilidade a apuração de fato concreto. (Acórdão 1515/2024 – Plenário. Representação. Relator: Ministro Antonio Anastasia)

Responsabilidade. Julgamento de contas. Irregularidade. Materialidade. Processo conexo. Gestão. Avaliação. Contas ordinárias.

Cabe ao TCU, no julgamento de contas anuais, examinar a gestão como um todo, de forma a ve-

COLUNA IURISPRUDENTIA

(continuação)

rificar se eventuais irregularidades não elididas, inclusive as apuradas no âmbito de processos conexos, analisadas em conjunto com o universo dos atos praticados pelo gestor ao longo do exercício, são graves o suficiente para macular as suas contas. (Acórdão 1517/2024 – Plenário. Recurso de Reconsideração. Relator: Ministro Antonio Anastasia)

Responsabilidade. Prestação de contas. Mora. Omissão no dever de prestar contas. Intempestividade. Justificativa.

A apresentação da prestação de contas após a citação do responsável pelo TCU, sem atenuantes que justifiquem o atraso, porém com elementos que comprovem a boa e regular aplicação dos recursos, permite a exclusão do débito, mas não elide a omissão inicial, cabendo o julgamento pela irregularidade das contas com aplicação da multa do art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992. (Acórdão 6201/2024 – Primeira Câmara. Recurso de Reconsideração. Relator: Ministro Benjamin Zymler)

Boletim de jurisprudência nº 506**Competência do TCU. Agência reguladora. Abrangência. Gestor. Nomeação de pessoal. Presidente da República. Indicação. Senado Federal. Aprovação.**

A competência do TCU não alcança os atos de indicação e nomeação, pelo Presidente da República e sujeitos à aprovação pelo Senado Federal, de dirigentes de agências reguladoras, pois se trata de atos complexos de caráter essencialmente político, inseridos nas competências privativas do Presidente da República e do Senado Federal. (Acórdão 1584/2024 – Plenário. Representação. Redator: Ministro Jorge Oliveira)

Gestão Administrativa. Controle interno (Administração Pública). Bens móveis. Patrimônio da União. Presidente da República. Presente. Não há fundamentação jurídica para caracterização de presentes recebidos por Presidentes da República no exercício do mandato como bens

públicos, diante da ausência de Lei específica que discipline a matéria, o que inviabiliza a expedição de determinação, pelo TCU, para sua incorporação ao patrimônio público. (Acórdão 1585/2024 – Plenário. Representação. Redator: Ministro Jorge Oliveira)

Licitação. Qualificação técnica. Conselho de fiscalização profissional. Comprovação. Adimplência.

Não deve ser exigida dos licitantes, para fins de habilitação, prova de quitação de anuidades junto ao conselho de fiscalização profissional ao qual a empresa e os profissionais estejam ligados, pois essa exigência não está prevista em Lei. A demonstração de regularidade da empresa ou do profissional junto àquela entidade deve se limitar à prova de registro ou de inscrição. (Acórdão 6550/2024 – Primeira Câmara. Representação. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus)

Boletim de jurisprudência 507**Licitação. Regime de execução contratual. Empreitada por preço unitário. Quantificação. Imprecisão. Obras e serviços de engenharia.**

A empreitada por preço unitário (art. 6º, inciso XXVIII, da Lei 14.133/2021) deve ser utilizada para objetos que, por sua natureza, possuem imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, por exemplo, remanejamento de interferências, volume de entulho em reformas, compensações entre corte e aterros em terraplenagem, comprimento de estacas cravadas, cubagem de bota-fora. (Acórdão 1643/2024 – Plenário. Auditoria. Relator: Ministro Benjamin Zymler)

Responsabilidade. Licitação. Pregão. Planilha de custos e formação de preços. Proposta de preço. Erro. Pregoeiro. Pagamento indevido. Autoridade. Homologação.

A responsabilidade por pagamentos indevidos decorrentes de erro na planilha de composição do preço final da proposta vencedora, consistente em valores incorretos de encargos sociais e

COLUNA IURISPRUDENTIA

(continuação)

trabalhistas, não deve ser atribuída à autoridade que homologou o pregão, e sim ao pregoeiro, que tem o dever de analisar de modo consistente os cálculos registrados na proposta que subsidia a contratação e de indicar de forma clara e objetiva as inconsistências que devem ser corrigidas.

(Acórdão 5651/2024 – Segunda Câmara. Tomada de Contas Especial. Relator: Ministro Vital do Rêgo)

Boletim de jurisprudência nº 508

Contrato Administrativo. Superfaturamento. Metodologia. Referência. Custo. Exceção. Preço de mercado.

Para apuração de superfaturamento, a adoção dos custos efetivamente incorridos pela contra-

tada é medida excepcional, a ser utilizada apenas quando ausentes referenciais de mercado consistentes. (Acórdão 1669/2024 – Plenário. Recurso de Reconsideração. Relator: Ministro Benjamin Zymler)

Responsabilidade. Convênio. Execução física. Execução parcial. Inutilidade. Débito.

Na hipótese de execução parcial da obra, que resulte em falta de funcionalidade, o prejuízo causado aos cofres públicos é igual ao valor total repassado, tendo em vista o não alcance da finalidade do ajuste. (Acórdão 5942/2024 – Segunda Câmara. Tomada de Contas Especial. Relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**Boletim de jurisprudência nº 333**

Processo Cível – Direito Administrativo – Mandado de segurança – Servidor público estadual – Demissão – PAD – Infrações – Pena – Razoabilidade e proporcionalidade.

Ementa: Mandado de segurança. Aplicação da pena de demissão a servidora pública do Tribunal. Oficial de justiça. Processo administrativo disciplinar. Prática de infrações. Cometimento de falta grave. Constatação. Regularidade. Proporcionalidade e razoabilidade da penalidade. Observância. Segurança denegada. Ilegalidade dos atos impugnados. Violação a direito líquido e certo. Ausência de demonstração.

- Uma vez demonstrado, através de prova preconstituída, que o ato praticado por autoridade pública ou por quem faça as vezes incorreu em ilegalidade, violando direito individual ou coletivo não amparado por outras ações constitucionais, impõe-se conceder o mandado rogado.

- No caso concreto, observa-se que o processo administrativo disciplinar foi devidamente conduzido, sendo oportunizada à servidora a apresentação de defesa preliminar, produção de provas e

defesa final, em observância ao devido processo legal, ocasião em que a impetrante defendeu a sua inocência, no entanto, sem razão, tendo em vista a prática de infrações, culminando na aplicação da pena de demissão, amparada no disposto pelo art. 285, XII, da Lei Complementar estadual nº 59/2001.

- Conquanto a impetrante tenha ingressado no cargo público há cerca de três décadas, não se verifica a existência de desproporcionalidade ou falta de razoabilidade na pena aplicada, notadamente em razão da gravidade da conduta, pressupondo o cargo de Oficial de Justiça, antes de tudo, a confiabilidade, pois que a função é dotada de fé pública, ficando maculada a imagem do Poder Judiciário.

- Segurança denegada. (TJMG – Mandado de Segurança nº 1.0000.23.347741- 3/000, Relatora: Desembargadora Teresa Cristina da Cunha Peixoto, Órgão Especial, j. em 9.8.2024, p. em 12.8.2024)

Boletim de jurisprudência nº 334

Processo cível – Direito Administrativo – Ação Direta de Inconstitucionalidade – Lei municipal

COLUNA IURISPRUDENTIA

(continuação)

– **Agentes comunitários de saúde e de combate a endemias – Concessão de gratuidade no transporte público – Interferência direta na gestão de contratos de concessão de serviço público – Inconstitucionalidade.**

Ementa: Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei nº 4.846/2023 do Município de Três Corações. Norma que concede gratuidade no transporte público para agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. Iniciativa parlamentar. Interferência direta na gestão do contrato de concessão de serviço público. Matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. Vício de iniciativa. Princípio da separação dos poderes. Violação. Inconstitucionalidade configurada. Modulação dos efeitos. Não cabimento. Procedência da ação.

- Nos moldes do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do ARE 929.591, é de competência do Chefe do Poder Executivo a iniciativa de leis que interfiram diretamente na gestão de contratos de concessões de serviços públicos.

- A gestão do contrato administrativo de concessão é atividade do Poder Executivo. Assim, a Lei nº 4.846/2023, do Município de Três Corações, de iniciativa da Câmara Municipal, que institui a gratuidade nos transportes públicos para agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, é inconstitucional por incidir em matéria sujeita à “reserva da administração”, pois a referida norma gera indevida interferência direta na gestão de contratos de concessão de serviço público, cuja matéria se insere na competência do Chefe do Poder Executivo.

- Indefere-se o pedido de modulação dos efeitos da decisão que declara a inconstitucionalidade da norma, quando não há situação extraordinária envolvendo segurança jurídica ou excepcional interesse social que justifique a medida. (TJMG - Ação Direta Inconstitucionalidade nº 1.0000.23.191233-8/000, Relator: Desembargador Moreira Diniz, Órgão Especial, j. em 14.8.2024, p. em 27.8.2024)

Processo cível – Direito Administrativo – Ação civil pública – Fundação pública – Lei de Acesso à Informação – Portal da Transparência – Regularização – Multa – Aplicação.

Ementa: Apelação cível. Ação civil pública. Acesso à informação. Direito fundamental. Sítio eletrônico. Exigências legais. Omissões. Exigência de aperfeiçoamento do sistema. Pertinência. Multa. Cabimento. Sentença mantida. Recurso não provido.

- O acesso à informação é um dos instrumentos próprios à fiscalização e responsabilização do governo, sendo, pois, imprescindível ao regime democrático. A Lei nº 12.527/2011 disciplina os procedimentos que devem ser observados pela União, Estados-Membros, Distrito Federal e Municípios, notadamente sobre os portais da transparência. Havendo omissões da Fundação Pública, que não cumpre minimamente as determinações da referida legislação, é devida a sua condenação a proceder à regularização do seu sítio eletrônico. Deve ser mantida a multa cominatória arbitrada de forma razoável e proporcional, inclusive, com limite para o caso de eventual acúmulo de multas diárias. (TJMG - Apelação Cível/Remessa Necessária nº 1.0000.24.151483-5/001, Relator: Desembargador Armando Freire, 1ª Câmara Cível, j. em 22.8.2024, p. em 27.8.2024)

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**Informativo de jurisprudência nº 293**

Consulta. Alienação de bem móvel. Permuta com torna. Impossibilidade. Interesse público devidamente justificado. Avaliação prévia. Li-

citação na modalidade leilão. Necessidade. Autorização legislativa. Desnecessidade.

1. A permuta com torna de veículo usado por veículo novo, embora seja prática usual no mercado, não é possível quando se trata de veículos pertencen-

COLUNA IURISPRUDENTIA

(continuação)

tes à Administração Pública, pois a legislação exige, para o caso, que a alienação do bem móvel se dê por meio de licitação na modalidade leilão, com avaliação prévia e interesse público devidamente justificado.

2. A exceção à regra está restrita à permuta de bens móveis entre órgãos ou entidades da Administração Pública, hipótese em que a licitação é dispensada.

3. Para a alienação de bens móveis pela Administração Pública, não se exige autorização legislativa, salvo disposição em contrário em legislação estadual ou municipal. (Processo 1.153.260 – Consulta. Tribunal Pleno. Relator: Conselheiro Durval Ângelo. Deliberado em 7.8.2024)

Consulta. Câmara municipal. Vereador investido em cargo de Secretário municipal. Opção por remuneração do mandato. Necessária previsão na Lei Orgânica municipal. Possibilidade de ressarcimento pela Prefeitura.

1. Se o Vereador, investido em cargo de Secretário municipal, optar, amparado na Lei Orgânica mu-

nicipal, pela remuneração do mandato, a Câmara municipal terá de fazer os respectivos pagamentos.

2. As despesas da Câmara Municipal com a remuneração de Vereador investido em cargo de Secretário municipal podem ser ressarcidas pela Prefeitura municipal, com base na legislação local ou em acordo especialmente celebrado para tanto.

3. No caso de investidura de Vereador em cargo de Secretário municipal e opção pela remuneração do mandato, as respectivas despesas devem onerar os limites de despesa com pessoal da Câmara municipal, salvo se a Prefeitura municipal houver providenciado ressarcimento, com base na legislação local ou em acordo especialmente celebrado para tanto. (Processo 1.119.712 – Consulta. Tribunal Pleno. Relator: Conselheiro Substituto Hamilton Coelho. Prolator do voto vencedor: Conselheiro Gilberto Diniz. Deliberado em 7.8.2024)





MPC-MG

Ministério Público de Contas
do Estado de Minas Gerais

MPC NOTÍCIAS

SETEMBRO 2024 • EDIÇÃO 28

PROCURADOR-GERAL

MARCÍLIO BARENCO

SUBPROCURADOR-GERAL

DANIEL GUIMARÃES

EDIÇÃO

SIMONE PEREIRA

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

GUILHERME FERNANDES

REVISÃO

LÍLIAN DE OLIVEIRA

ACOMPANHE NOSSAS REDES SOCIAIS!

www.mpc.mg.gov.br

INSTAGRAM



@mpc_mg

SPOTIFY



MPC Cast

FACEBOOK



Ministério Público de Contas
do Estado de Minas Gerais

LINKEDIN



Ministério Público de Contas
do Estado de Minas Gerais

YOUTUBE



MPC-MG

FLICKR



Ministério Público de Contas
do Estado de Minas Gerais